

Mercado, valor e capitalismo

Vito Antonio Letizia

Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mercado é um assunto naturalmente pouco grato para os marxistas. O marxismo tem sido muito mais usado para prognosticar o fim do capitalismo do que para explicar como esse sistema funciona.

Isso se deve, em parte, à suposição vigente, até há pouco, de que o fim do capitalismo estava próximo, uma vez que o capitalismo já teria deixado de dominar "um terço do planeta".

De volta ao planeta real, os marxistas se encontram numa situação desfavorável, na qual passa a ser uma questão primordial redescobrir a importância do método d' "o Capital".

Este trabalho busca retomar a discussão sobre como o mercado e está inextricavelmente ligado ao valor, na teoria de Marx e, a partir daí, as relações reais que estão por trás dos preços do sistema capitalista.

Trata-se da tarefa de verificar como a teoria do valor pode ainda hoje explicar o funcionamento do capitalismo, mostrando a necessária atividade de mistificação que acompanha esse funcionamento.

Não é pouca tarefa

Em seu tempo, Marx não precisava demonstrar e convencer que valor implicava trabalho humano, pois essa era a idéia predominante no próprio pensamento burguês. E o que fez foi explicar o valor enquanto categoria do sistema capitalista, com todas as contradições envolvidas na relação trabalho-valor.

Marx começa "O Capital" com o capítulo "A Mercadoria", por ser esta a categoria elementar do sistema capitalista, o qual concretiza o desenvolvimento máximo da produção de mercadorias. Logo revela que a mercadoria, embora "forma elementar" da riqueza no capitalismo, não é simples. Tem dois "fatores" (que não são meros "componentes"): valor de uso e valor ("propriamente dito", diz Marx na versão francesa d' "O Capital"), também dito valor de troca; e o valor, por sua vez, assume sempre duas "formas": forma relativa e forma equivalente.

Para uma categoria elementar já é complicação

bastante. A mercadoria de Marx faz lembrar o átomo, que, embora carregando a noção de indivisibilidade, desde sua descoberta ainda não parou de mostrar sempre novas partículas internas. Mas Marx, embora sabendo previamente que mercadoria não era átomo indivisível, não podia deixar de considerá-la como categoria elementar do capitalismo, porque, do ponto de vista das relações que determinam o sistema, a mercadoria é o menor fragmento inteligível da realidade; e apresenta-se inevitavelmente para o "economista vulgar", como átomo impenetrável e misterioso. Não por acaso, os economistas clássicos conseguiram no máximo distinguir valor de uso e valor de troca, sem contudo decifrar as relações entre esses dois fatores da mercadoria; e nenhum deles sequer tentou se embrenhar no estudo das formas relativas e equivalente do valor.

Como a mera descrição superposta do valor de uso e de troca nada explica, a não ser o óbvio, posteriormente os economistas neoclássicos passaram a negar todo e qualquer valor distinto da simples "utilidade". E assim o átomo, além de indivisível, tornou-se também irreal. O fato de certos objetos serem mercadorias, e não apenas objetos, passou a ser resultado da imaginação e dos desejos de cada indivíduo.

O atestado de óbito das academias, porém, não tem o poder de impedir que o valor continue sendo uma categoria do sistema capitalista. Demonstrar como essa categoria continua determinando o movimento das mercadorias é hoje tarefa exclusiva dos marxistas. E é o modo de continuar o trabalho científico de Marx, que não estudou outro valor que não o que se manifesta no capitalismo.

Razão pela qual não tem sentido procurar n' "O Capital" de Marx um "valor" distinto do valor de troca, como quer Isaac Rubin, por exemplo, em "A Teoria marxista do Valor". (Editora Polis, São Paulo, 1987, particularmente capítulo XII)

Não há como separar "valor-substância" (gerado por trabalho abstrato independentemente de troca, segundo Rubin) de valor de troca. Trabalho abstrato

não existe e não tem como existir antes que produtores privados tentem comparar seus respectivos produtos de diferentes trabalhos concretos para trocá-los. Fora das relações de troca, todos os produtos do trabalho humano só tem valor de uso e toda atividade produtiva consiste unicamente em variados trabalhos concretos. Aliás, nesse nível de desenvolvimento das sociedades humanas, nem existe a noção de trabalho. Nas comunidades primitivas as pessoas não “trabalham”; unicamente fazem coisas, diretamente para uso individual ou comum.

Quando surgem as relações de troca, nasce o problema de quantificar esforços e incômodos completamente diferentes, que deram origem aos produtos trocados; quantificação sentida como necessário pelos trocantes, que temem sair lesados. E assim nasce o “trabalho” (abstrato) e, junto com ele, o valor.

No livro I d’ “O Capital”, Marx praticamente apenas deixa registrado que o trabalho abstrato não pode ser medido direta e imediatamente em tempo, embora o tempo seja a única unidade de medida praticável, no caso. Entretanto, a clarificação preliminar sobre a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário, contida nesse livro, já é suficiente para destacar duas premissas fundamentais:

- o trabalho só é mensurável numa unidade de medida comum se os produtores privados estiverem socialmente equiparados;

- a quantidade total de cada mercadoria deve corresponder à necessidade social atendida pelo valor de uso contido nessa quantidade.

A primeira premissa vale como uma condição preliminar da troca equivalente. Está exposta no trecho em que, para tornar mais compreensíveis certas particularidades da forma equivalente do valor, Marx cita Aristóteles. E conclui:

“Mas Aristóteles não podia extrair da própria forma do valor o fato de que, na forma dos valores das mercadorias, todos os trabalhos estão expressos como trabalho humano igual e, portanto, como igualmente valorizáveis, porque a sociedade helênica se baseava no trabalho escravo e, portanto, tinha como base natural a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor - a igualdade e validade igual de todos os trabalhos porque e enquanto trabalho humano

genérico - só pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possua a solidez de um preconceito popular” (“Il Capitale”, Editori Riuniti, Roma, 1973, Livro I, capítulo I, página 73, Grifos de Marx, segundo a edição italiana).

Esta premissa é muito freqüentemente esquecida. O que tem sido causa de um bom número de mal-entendidos sobre a troca equivalente em Marx.

A segunda premissa defini de que modo o trabalho socialmente necessário (e, portanto, o próprio valor) é também determinado pelo valor de uso, conforme está exposto no capítulo III do livro I:

“Uma atividade produtiva particular, que ainda ontem era uma dentre as muitas funções de um mesmo produtor de mercadorias, hoje talvez se desligue dessa unidade, se torne independente e, justamente por isso, envie ao mercado seu produto parcial como mercadoria autônoma. As circunstâncias podem estar maduras ou não para tal processo de cisão. O produto satisfaz hoje uma necessidade social. Amanhã talvez seja expulso de sua posição, parcial ou totalmente, por um produto similar. Ainda que o trabalho como o de nosso tecelão de linho seja membro patentado da divisão social do trabalho, nem por isso estará garantido efetivamente o valor de uso próprio dos 20m de linho dele. Se a necessidade social de linho, que tem sua medida como todo o resto, já estiver satisfeito por tecelões concorrentes, o produto de nosso amigo se tornará superabundante, supérfluo e, por isso, inútil. A cavalo dado não se olha os dentes, mas o tecelão não vai ao mercado para fazer presentes. Mas suponhamos que o valor de uso de seu produto faça boa figura e que, portanto, da mercadoria se tire dinheiro. Pergunta-se: quanto dinheiro? Claro, a resposta está antecipada no preço da mercadoria, expoente de sua grandeza de valor. Prescindamos de eventuais erros subjetivos de cálculo do possuidor da mercadoria, que são logo corrigidos objetivamente no mercado; e que o possuidor da mercadoria tenha despendido no seu produto somente o tempo de trabalho médio, socialmente necessário. Por conseguinte, o preço da mercadoria é somente o nome em dinheiro da quantidade de trabalho nela objetivada. Mas nossas antigas e patenteadas condições de produção na tecelagem entrarão em fermentação, sem conhecimento nem permissão de nosso tecelão. O que ontem era, sem margem de

dúvida, tempo de trabalho socialmente para a produção de 20m de linho, hoje deixou de sê-lo, conforme demonstra escrupulosamente o possuidor do dinheiro, com as cotações de preços dos vários concorrentes de nosso amigo. Para sua desgraça, há muitos tecelões no mundo. Suponhamos, enfim, que cada peça de linho disponível no mercado contenha somente tempo de trabalho socialmente necessário. Não obstante, a soma total dessas peças pode conter tempo de trabalho despendido superfluamente. Se o estômago do mercado não estiver em condições de absorver a quantidade total de linho ao preço normal de dois xelins por metro, estará provado que, sob a forma de tecelagem, foi despendida uma parte muito grande da totalidade do trabalho social.” (Ibidem, páginas 120 - 121).

Esta longa citação, imprescindível em sua totalidade, exige três observações:

1º- os produtos vão ao mercado como valores de uso. Marx diz, e poucos têm notado: “suponhamos que o valor de seu produto faça boa figura...”

2º- o possuidor do produto terá seus erros subjetivos de cálculo, quanto ao tempo de trabalho médio socialmente necessário, logo corrigidos objetivamente no mercado;

3º- mesmo sendo reconhecido e consagrado pelo mercado o tempo de trabalho médio para a produção de cada peça de linho, a soma total das peças de todos os tecelões de linho pode não corresponder ao socialmente necessário, em termos de totalidade do trabalho social na tecelagem de linho. Noutros termos: cada tecelão está trabalhando com a destreza média socialmente aceita; mas há muitos tecelões.

Tem-se aqui mais um dos paradoxos de Marx: não há trabalho supérfluo em cada peça individual de linho; há trabalho supérfluo no total das peças.

Roman Rodolski, em “Génesis y Estructura de “El Capital” de Marx”, (Siglo XXI, México, 1989, capítulo III), aborda a questão de valor de uso na teoria marxista do valor num sentido concordante ao apresentado aqui, sem mostrar o paradoxo acima.

O paradoxo revela uma contradição entre trabalho individual e trabalho social, a partir do momento que os produtores se tornam independentes. A partir desse momento, os produtores passam a oferecer seus valores de uso unicamente em troca de valor, enquanto a sociedade passa a

reconhecer valor dos produtos unicamente em troca de valor de uso social, que o produtor independente não tem como prever antes de oferecer seu produto.

Por mais que o surgimento da mercadoria signifique a negação do valor de uso pelos produtores privados - que só pensam no valor de troca de seus produtos - o valor de uso permanece sendo a credencial que dá aos produtos entrada no mundo das mercadorias. Credencial que já vem com uma apreciação da importância de cada atividade produtiva em relação às necessidades sociais.

Tempo de trabalho socialmente necessário significa um nível de destreza médio acionando os meios de trabalho disponíveis com o progresso tecnológico atingido em cada ramo de produção; e significa também (contraditoriamente) uma quantidade de produtos, correspondendo a uma certa proporção entre os valores de uso que satisfazem as necessidades sociais.

Pois a sociedade, a partir do momento que passa a satisfazer suas necessidades por meio de mercadorias, passa não só a apontar valores equivalentes entre os diversos ramos de produção e produtores individuais, mas também a distribuir o trabalho social em certa proporção entre os diversos ramos. O “estômago do mercado” mostrará se porventura não há tecelões ou marceneiros demais na sociedade.

Não poucos teóricos marxistas, desde Hilferding, têm-se limitado a lembrar apenas o primeiro significado do tempo de trabalho socialmente necessário. Fato que tem confortado os críticos de Marx, que o acusaram e acusam de retirar todo e qualquer papel ao valor de uso no processo de trocas, a não ser o mero fato de ter que existir.

E o que fez, por exemplo, Alec Nove, apenas para citar um crítico relativamente benévolo mais recente, que afirma:

“Para Marx, os valores são subjacentes aos preços, independentemente da demanda, da oferta ou da troca, mesmo que os valores sejam “realizados” no mundo real através de troca.” (Grifo de Nove)

“Marx construiu uma barreira entre a determinação do valor, por um lado, e demanda e valor de uso, por outro.” (“A Economia do Socialismo Possível”, Editora Ática, São Paulo, 1989, páginas 44 - 45)

Se o valor fosse “subjacente”, mesmo numa mercadoria invendável, o valor deixaria de ser uma relação livre entre produtores de mercadorias - o que é um dos fundamentos da teoria do valor de Marx - e mercadoria deixaria de ter o valor de uso como fator essencial. A rigor, não seria mais mercadoria; seria um comprovante-de-dispêndio-de trabalho, uma categoria que Marx não chegou a conhecer.

Alec Nove pensa que está falando do valor em Marx, quando, na realidade, está falando da teoria do valor aplicada na ex-União Soviética e países seguidores de seu modelo econômico, onde o simples fato de que as fábricas estivessem cumprindo o plano central de produção criava “valor”, independentemente da utilização final efetiva dos produtos. Quer dizer: a relação livre geradora de valor estava substituída por uma relação entre fundionários numa hierarquia burocrática.

Não admira que Nove, confundido pelas interpretações filigranas da teoria marxista do valor por seus amigos planificadores do Leste Europeu, após relacionar os termos usados por Marx: valor, valor de troca, valor de uso, valor de mercado, preços de produção, exclame: “Para mim, parecem ser a mesma coisa.” (Página 43). E isso que esqueceu de mencionar preços de mercado.

Alec Nove estava certo em procurar um socialismo mais “possível” do que o da ex-União Soviética. Errava em atribuir a Marx uma teoria do valor que, de fato, era uma invenção dos planificadores soviéticos.

Quanto ao valor de uso em Marx, por outro lado, é importante não confundi-lo com o valor-utilidade dos economistas neoclássicos. E não apenas porque este último é um valor subjetivo, ao passo que o valor de uso dos clássicos (e de Marx) é objetivo, decorrente das propriedades físicas dos produtos.

O valor de uso em Marx tem ainda:

a) um efeito social, na medida que as propriedades físicas de cada mercadoria a tornam capaz de satisfazer necessidades humanas e, com isso, permitir que o trabalho despendido para produzi-las seja reconhecido e apreciado;

b) um efeito da quantificação do valor através do tempo considerado socialmente necessário para o total de cada atividade produtiva específica.

O valor não deixa de ser determinado unicamente pelo trabalho abstrato contido nas mercadorias; mas o quantum total de trabalho socialmente necessário em cada atividade produtiva específica deve corresponder ao quantum que satisfaz uma necessidade social específica. Cada mercadoria individual é apenas uma parte alíquota do valor de uso total que atende a tal necessidade. Inevitavelmente, se houver mudanças nas necessidades sociais, o quantum de trabalho socialmente necessário em algumas atividades produtivas pode mudar; e o trabalho abstrato contido em cada mercadoria individual nessas atividades será mais ou menos apreciado. Com isso, o tempo de trabalho contido nas mercadorias individuais em algumas atividades produtivas mudará de valor em relação ao mesmo tempo de trabalho noutras atividades, sem mudança na destreza dos produtores.

Usando as palavras de Marx, se esse tipo de mudança atingir desfavoravelmente os tecelões de linho, tanto faz se um ou outro tecelão tiver produzido destramente ou com imperícia:

“Aqui vale o ditado: “Mitgefangen, mitgehangen” (pegos juntos, juntos enforcados). Todo o linho no mercado vale somente como um único artigo e cada peça vale somente como parte alíquota do mesmo” (“Il Capitale”, capítulo III, livro I, página 121).

Desdobramento do valor

O lugar onde são enforcados os produtores de má sorte é o mercado. Mas nem todos perecem. Alguns conseguem continuar produzindo, embora ganhando menos. Supõe-se que, no momento difícil atravessado pela atividade em fase de má sorte, a concorrência entre produtores se torne particularmente feroz nessa atividade. Supõe-se também que os produtores mais destros terão mais chances de continuar em atividade. O resultado final será um volume total menor daquela mercadoria, fornecida por um grupo menor de produtores em que predominam os de maior destreza (ou que produzem em melhores condições). É assim que se configura uma situação em que aparece um valor novo para certa mercadoria, determinado pelo tempo de trabalho dos produtores mais destros (ou trabalhando em melhores condições). Esse valor novo, evidentemente, é um valor menor, por tempo trabalhado, do que o valor vigente antes da diminuição da necessidade social em questão.

Como esse novo valor não passa de uma

adaptação de certa atividade produtiva ao “gosto” ou capacidade do “estômago do mercado”, Marx o chama “valor de mercado”. Este é uma categoria nascida do desdobramento do valor “normal”, em função de variações nas necessidades sociais em valores de uso. Um valor, portanto, que se distingue do valor tratado no livro I (e qual passa a chamar-se “valor individual das mercadorias”), sempre que ocorre mudanças nas necessidades sociais em valores de uso; e que coincide com ele em situações de equilíbrio entre as atividades produtivas, quando todas têm o valor de suas mercadorias determinadas pelo tempo de trabalho realizado com destreza média e condições médias.

Esse desdobramento da categoria valor, exposto no capítulo X do livro III, já estava implícito no capítulo III do livro I d’ “O Capital”, conforme citações acima, onde Marx mostra que cada mercadoria individual pode conter exatamente o tempo de trabalho socialmente necessário e, simultaneamente, o total das mesmas mercadorias conter tempo de trabalho supérfluo. Com isso a sociedade passa a não mais remunerar integralmente o trabalho realizado com destreza média. No fundo, o que se passa nesses casos é uma correção na distribuição do trabalho social entre as diversas atividades produtivas.

O novo valor tem um caráter à primeira vista “anormal”, pois só premia trabalhadores com destreza acima da média (e, no caso inverso, com destreza abaixo da média). Mas a sociedade que satisfaz suas necessidades por meio de mercadorias não tem como evitar a manifestação dessa contradição.

Em toda esta discussão sobre valor e valor de mercado, está subentendido que “necessidades sociais” são sempre necessidades solventes (demanda efetiva, em termos mais usuais atualmente), como faz o próprio Marx na mesma discussão. E, para não complicar desnecessariamente o assunto, não se considerou mudanças de tecnologia e de produtividade média em geral.

Na análise do valor de mercado, é muito fácil cair no alçapão que se abre entre demanda e oferta, que estão sempre em desequilíbrio quando esse valor passa a diferenciar-se do valor individual das mercadorias. Apesar das aparências persistentes, o valor de mercado nunca é determinado por variações de demanda. E isso muito embora toda mudança nas necessidades sociais só possa mani-

festar-se como variação de demanda. Valor de mercado é o que está por trás das oscilações do mercado. É o valor que determina as variações na demanda, as quais farão a oferta variar, em busca de novo equilíbrio.

A categoria valor, em todos seus desdobramentos, nunca é fruto de oscilações de mercado. Valor, em Marx, é sempre uma relação de equivalência e, portanto, expressando um equilíbrio necessário. No caso do valor de mercado, é o equilíbrio entre o total de um tipo de mercadoria e a necessidade social por ele atendida.

Obviamente, o valor nunca é a primeira coisa visível na superfície das relações de troca. Com o valor de mercado não é diferente. A primeira manifestação de uma mudança nas necessidades sociais é um desequilíbrio entre demanda e oferta de certas mercadorias. E o resultado desse desequilíbrio é o surgimento de preços de mercado, isto é, preços afastados do valor, expressando em dinheiro o afastamento entre demanda e oferta.

Para Marx, entretanto, o fato de, na superfície das relações de troca, só aparecem variações de oferta e demanda e oscilações de preço era um fato a ser explicado. Que oferta e demanda sempre tendam a um equilíbrio, é óbvio; mas explicar a oferta pela demanda e vice-versa é uma tautologia. O que Marx busca explicar é por que o equilíbrio vai ocorrer num certo ponto e não noutro:

“Nada é mais fácil do que compreender o desequilíbrio entre oferta e demanda e os afastamentos que ele determina entre preço de mercado e valor de mercado. A verdadeira dificuldade consiste em determinar o que deve ser entendido como desequilíbrio entre demanda e oferta”.

“Quando oferta e demanda se equilibram, sua ação se extingue; exatamente por isso sua mercadoria é vendida por seu valor de mercado. Duas forças que, agindo em sentido inverso com a mesma intensidade, se neutralizam, não podem determinar qualquer manifestação exterior; e os fenômenos produzidos nestas condições não são atribuíveis a essas duas forças, mas devem ter outra causa. Quando demanda e oferta se equilibram, não exercem qualquer influência sobre o valor de mercado e deixam na obscuridade o motivo pelo qual o valor de mercado se expressa nesta quantidade de dinheiro preferentemente a outra.” (“II. Capitale”, livro III, capítulo X, páginas 237 - 238)

A expressão de Marx: "deixam na obscuridade", toca num ponto essencial do caráter geral dos preços em relação aos valores: podem servir também para ocultar os valores. Utilidade preciosa, da qual não pode prescindir a "ciência econômica" burguesa utilitária, por razões particularmente importantes para o capitalismo avançado.

Através da distinção entre valor individual das mercadorias, valor de mercado e preço de mercado, Marx expõe elementos importantes da teoria do valor, raramente abordados por seus intérpretes, quando não evitados ou rejeitados. A saber:

a) que o mercado é o meio pelo qual a sociedade produtora de mercadorias expressa suas necessidades em valores de uso;

b) que a variação dessas necessidades dá origem a um desdobramento do valor equivalente a tempo de trabalho socialmente necessário, que se expressará em valores de mercado diferentes dos valores individuais das mercadorias, sempre que as necessidades sociais em valores de uso o exigir;

c) que variações de oferta e demanda não são independentes nem estranhas ao valor; são movimentos que ocorrem na superfície das relações de troca e que têm como fundamento deslocamentos na valorização do tempo de trabalho socialmente necessário, quer por modificação das necessidades sociais, quer por modificação na produtividade do trabalho humano (excluindo-se, obviamente, perturbações na livre concorrência e no funcionamento normal do mercado).

A ocultação do valor

Com a análise das categorias valor de mercado e preço de mercado, Marx encerra o estudo do valor, tal com este nasce a partir da troca simples de mercadorias.

É interessante notar que Marx só estuda o valor de mercado no livro III, e não no livro I - dedicado especificamente ao estudo da mercadoria, do dinheiro e de sua transformação em capital, provavelmente porque supõe que o desdobramento do valor individual das mercadorias em valor de mercado só adquire importância à medida que a produção propriamente capitalista se torna dominante. Pode constatar, em todo caso, que o estudo do valor de mercado é feito num capítulo em que o novo significado do valor no preço de produção é analisado paralelamente.

O preço de produção é uma categoria especificamente capitalista, não encontrável no sistema mercantil, em que predominam os produtores independentes nas cidades. Há vários elementos inteiramente novos nessa categoria. Marx explica com maior detalhe a reviravolta trazida ao mundo das mercadorias pelo capitalismo num texto preparatório à redação final d' "O Capital", escrito provavelmente em 1863 (aparentemente com a intenção de aproveitá-lo no livro III, compilado por Engels depois de sua morte) :

" Os três pontos seguintes são decisivos:

1º- Somente a produção capitalista faz da mercadoria a forma geral de todos os produtos.

2º- A produção de mercadorias conduz necessariamente à produção capitalista, assim que o operário cesse de fazer das condições de produção objetivas (escravatura, servidão) ou que a comunidade natural primitiva (Índia) deixe de ser a base social; em resumo, assim que a própria força de trabalho se tome em geral mercadoria.

3º- A produção capitalista destrói a base da produção mercantil, a produção individual autônoma e a troca entre possuidores de mercadorias, isto é, a troca entre equivalentes. A troca puramente formal entre capital e força de trabalho toma-se a regra geral." (Karl Marx: "Un Chapitre inédit du Capital". Union generale d' Editions, Paris, 1971, página 77)

Particularmente importante é o terceiro ponto acima, onde Marx afirma que a produção capitalista destrói a troca entre equivalentes. Porque esta implicava uma relação entre produtores independentes, que tendiam a equiparar mutuamente seus respectivos trabalhos nas trocas.

No capitalismo não se defrontam mais produtores individuais independentes, mas sim capitais. A equiparação mútua entre trabalhos de pessoas equivalentes perde sentido. Entra em cena uma relação entre capitais, que se expressam unicamente em quantidades. E passa a predominar a relação "puramente formal" entre capitalistas e assalariados, que só formalmente é uma relação entre iguais. Há mesmo uma inversão total na relação de troca:

"A dominação do capitalista sobre o operário é, conseqüentemente, dominação da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor, porque as mercadorias que se tornam meios de dominação (de fato

unicamente sobre o operário) são elas próprias resultado do processo de produção, seus produtos.” (Ibidem, página 142. Grifo de Marx.)

No capitalismo desenvolvido, o caráter fetichista das mercadorias vai além do que Marx mostra como relações sociais entre coisas expressando relações materiais entre pessoas. Se, no estágio mercantil, as relações entre mercadorias apareciam como relações fantasmagóricas entre pessoas, mesmo assim, a equivalência que as mercadorias se atribuíam mutuamente tinha sempre como essência uma relação de equivalência social entre produtores.

No capitalismo industrial, as relações entre mercadorias não são mais movidas pela mesma essência. Agora, “o produto domina o produtor”: este é que tem sua desigualdade social determinada por “suas” mercadorias (tomadas meios de produção) em mãos do capitalista. A força de trabalho está agora incorporada no capital; as mercadorias definem-se mutuamente como representações de capitais; e a única coisa que cabe ser equiparada, nesse novo tipo de relação fantasmagórica, é a proporção em que se valorizam quantidades diferentes de capital, através da taxa de lucro.

A rigor, não há mais verdadeira equivalência sequer na equiparação entre mesmas quantidades de capital em investimentos distintos. Uma vez que, apesar de tempos de rotação de capital e composição orgânica diferentes, todos os capitais tem as mesmas exigências quanto à lucratividade. Esta nova relação de “equivalência”, desigual em relação à eficiência de cada investimento, que nivela unicamente quantidades, é que se torna a nova essência que move as mercadorias produtos de capital.

A destruição da equivalência das trocas, expressas nos preços de produção, é determinada por três fatores:

a) a remuneração igual para trabalhadores de eficiência equivalente deixa de ser relevante, no capitalismo, passando a primeiro plano a remuneração igual para iguais quantidades de capital;

b) a troca entre capital e força de trabalho não é equivalente; a igualdade entre os dois, na troca, é “puramente formal”;

c) o preço de produção contém necessariamente trabalho apropriado sem contrapartida pelo capitalista: a mais-valia. Os diferentes capitais não tendem a equiparar suas respectivas taxas de mais-valia, e sim suas taxas de lucro.

O segundo fator tem uma importância particular, porque esta se refere à relação capital-força de trabalho. Nesta relação desaparece uma das premissas fundamentais da troca equivalente, tratada no livro I d’ “O Capital”, quando Marx expõe a necessidade de equiparação social entre produtores. Juridicamente, capitalista e trabalhador estão equiparados. Porém a relação de produção capitalista não tem o caráter de uma relação pessoal entre patrão e empregado; é uma relação entre capital e força de trabalho. Trata-se aqui de uma relação entre “entes” essencialmente diferentes: o capital apresenta-se como uma instituição privada impessoal à empresa, mesmo que o dono do capital se apresente em carne e osso diante da força de trabalho (oque não é necessário); a força de trabalho apresenta-se sempre como uma pessoa, sua portadora. Nesse encontro, o capital, a não-pessoa, é dominante; ela é o “arbeitgeber”, quem dá trabalho. Além de serem entes de natureza distinta e serem desiguais em importância, capital e força de trabalho tem necessidades radicalmente diferentes a atender. As do capital são as que dizem respeito a sua valorização e esta deve ser necessariamente proporcional a seu tamanho e só pode ser equiparada às necessidades de valorização de outros capitais. As necessidades da força de trabalho são as de reposição e reprodução da vida à quantidade imensa e à infinitude do processo de valorização do capital; opõe-se à quantidade restrita e a finitude das necessidades, zologicamente determinadas, do portador da força de trabalho.

O terceiro fator da destruição da equivalência nas trocas sob o capitalismo - a apropriação da mais-valia pelo capital sem contrapartida - determina a necessidade de rejeição de todo critério de equivalência objetiva nas trocas pela ideologia econômica do capitalismo. Esta só pode mover-se com inteira liberdade no manejo de sua “matemática” social se o valor objetivo que, necessariamente, determina as trocas é mistificado.

A exigência de rejeição do critério de equivalência objetiva nas trocas, determinada pelo caráter desigual da relação de produção capitalista, pode ser constatada desde os primórdios do desenvolvimento do pensamento econômico burguês.

Já em 1803, Jean-Baptiste Say questiona a teoria do valor de Adam Smith em seu “Tratado de Economia Política”, afirmando claramente: “É uma

verdade invariável que um valor incontestável é a quantidade de qualquer coisa que se pode obter, no momento em que se quiser, em troca da coisa de que se deseja desfazer.” (Op. cit. Pág. 270. Nova Cultural, São Paulo, 1986.) O “valor” aqui não precisa ser explicado se não pelas estimativas dos trocantes.

Entretanto, nessa época havia o movimento da nascente burguesia industrial contra a lei dos cereais, na Inglaterra, que protegia a aristocracia fundiária. David Ricardo, um dos expoentes desse movimento, posicionava-se a favor da atividade produtiva, contra os que, nas palavras de Adam Smith, “gostam de colher onde nunca semearam”. Não era ainda hora de abandonar a teoria do valor-trabalho. Os “Principles...” (1817) e o movimento livre-cambista inglês consagraram esta teoria em sua forma ricardiana, sistematizada por John Stuart Mill em seu “Princípios de Economia Política” (1848).

Não obstante, a prática capitalista fugia (e foge) permanentemente dos critérios de equivalência implícitos na teoria do valor-trabalho. Essa prática, por exemplo, não podia acomodar-se pacificamente com a relação de oposição transparente entre lucro e salário, estabelecida por Ricardo.

A contradição entre as idéias em que se apoiou o capitalismo nascente, quando ainda se arrancava de sua matriz feudal, e as necessidades de sua prática corrente explicam a rapidez do processo de rompimento do pensamento econômico oficial com a teoria do valor-trabalho, no fim do século XIX.

Se William Stanley Jevons não tivesse apresentado sua teoria do valor-utilidade (que, na realidade, é uma teoria dos preços, não do valor), outros economistas o fariam na mesma época, como de fato o fizeram os economistas austríacos.

Marx talvez não tenha tido tempo de refutar Jevons, embora o “opus magnum” deste (“A Teoria da Economia Política”) seja de 1871, doze anos antes da morte de Marx. Talvez não lhe tenha dado importância, uma vez que a obra de John Stuart Mill ainda era oficialmente texto básico no ensino da economia, na Inglaterra, nos anos 70. Também é possível que tenha visto a coisa de outro modo, a saber: que mais uma refutação de uma não-teoria do valor não mudaria o fundo da questão relevante, para os marxistas.

A questão central para Marx, era explicar como a necessidade das trocas pelo valor continua ocorrendo, por trás do véu das relações de troca

não-equivalentes do capitalismo. Após o triunfo da teoria marginalista dos preços, a questão central, para os marxistas, consiste em explicar como essa teoria, ideologicamente voltada para a ocultação do valor, pode funcionar perfeitamente como sistema de cálculo econômico para o capitalismo, embora a determinação pelo valor continue sendo a realidade fundamental.

Um dos argumentos dos marginalistas contra os marxistas é justamente o fato de que a teoria marginalista permite cálculos precisos dos fatos econômicos relevantes. O próprio Oskar Lange, um economista do Leste Europeu, defendia em seu ensaio “A Teoria Marxista e a Moderna Teoria Econômica” (in “A Economia Moderna e o Marxismo”, David Horowitz, org. Zahar, Rio de Janeiro, 1972), que a teoria do valor de Marx é insuficiente para resolver os problemas práticos de cálculo dos fatos econômicos na vida real moderna.

Os marxistas fariam bem em aceitar o argumento e reforça-lo. A teoria do valor-trabalho a rigor, atrapalha e inviabiliza qualquer cálculo útil dos fatos econômicos para a vida real do capitalismo.

Feito isso, os marxistas poderiam continuar usando a teoria do valor de Marx para encontrar explicações e fazer cálculos menos úteis na vida real vivida no curto prazo, mas relevantes para desvelar fatos que os cálculos oficiais escondem.

Alguns desses fatos, por exemplo, estão ligados ao lucro capitalista, que a teoria marginalista simplesmente não consegue explicar. Marx diz, a esse respeito, já em 1865:

“Para explicar a natureza geral do lucro é necessário partir do princípio de que, em média, as mercadorias são vendidas por seu valor real e que os lucros são obtidos vendendo as mercadorias por seu valor, i.é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado. Se não for possível explicar o lucro nessa base, não será possível explicá-lo de modo algum.” (“Salaire, Prix et Profit”, Editions sociales, Paris, 1921, pag. 43. Grifos de Marx). Este trecho contém dois elementos reveladores:

1) O valor real não pode deixar de estar presente no lucro, pela simples razão de que, uma vez vendidos os produtos do capital, é preciso repor o capital constante, repor os salários pagos e obter um excedente sobre isso.

2) Separar capital constante, capital variável e

mais-valia é o único modo possível de explicar o lucro.

Quanto ao primeiro elemento, o estudo dos preços de produção n' "O Capital" mostrou que não é necessário, para o capitalista, traduzir as quantidades monetárias realizadas com suas vendas em valor-trabalho. Basta que os preços realizados permitam recomprar o capital constante gasto, pagar novamente os salários e sobrar um lucro adequado. Traduzir isso em valor só seria necessário se ele quisesse explicar o lucro.

Quanto ao segundo elemento, cabe a pergunta: por que cargas d'água um calculador de lucros a serviço de um capitalista iria dividir o produto líquido do capital em capital variável e mais-valia se os preços já resolvem seus problemas de cálculo e ainda por cima, lhe evitam outro problema: das possíveis reações após uma exposição aos quatro ventos da proporção em que o produto líquido vai para o capital e para a força de trabalho?

A proporção em que o produto líquido se divide em capital variável e mais-valia é o que Marx chama "salário relativo", que corresponde à parte que cabe à força de trabalho no produto social, relacionada com a parte apropriada pelo capital. Isso não é a mesma coisa que a "distribuição de renda" ou a "parte do PIB correspondente a salários". Só o conhecimento dos salários relativos e de sua evolução permitiria revelar o movimento real do valor e das relações de trabalho.

O marxismo é eficiente para explicar o movimento das relações sociais por trás das abstrações econômicas. Para calcular a operacionalidade das decisões dos capitalistas, os outros métodos são melhores. Será que traduzir o movimento quantitativo da economia capitalista em movimento real de forças sociais interessa só aos marxistas?

À guisa de resposta e conclusão, se poderia dizer, parodiando Marx: se não for possível explicar as relações sociais capitalistas nesta base, não será possível explicá-las de modo algum.